



41
m

246

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Sexta Câmara Cível

Embargos de Declaração n.º 0095195-1/01

Embargante: Boss Lines

Embargado: Bradesco Seguros S/A

Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

R 5507

EMENTA - PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS: OMISSÃO, OBSCURIDADE E CONTRADIÇÃO. INEXISTENTES. FINALIDADE REVISORA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- Os embargos de declaração visam esclarecer obscuridades, afastar contradições e suprir omissões eventualmente existentes no ato judicial embargado, não se prestando, em bom rigor, ressalvadas situações excepcionais, para, reabrindo a discussão acerca de questões já enfrentadas pelo órgão jurisdicional, permitir a revisão ou a anulação do julgado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes aclaratórios tombados sob o nº 0095195-1/01, acordam os desembargadores integrantes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento respectiva, por unanimidade de votos, em desprover o recurso, condenando o embargante a pagar ao embargado multa no valor de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, tudo de acordo com a regra estampada no parágrafo único do artigo 538 do Código de Processo Civil, na forma do voto do Relator.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

42
m

247

Sexta Câmara Cível
Embargos de Declaração n.º 95195-1/01
Embargante: Boss Lines
Embargado: Bradesco Seguros S/A
Relator: Des Frederico Ricardo de Almeida Neves

Relatório

1. Trata-se de Embargos Declaratórios opostos contra o Acórdão de fls. 264/265, desta E. Sexta Câmara Cível, emergente do julgamento da Apelação Cível nº 95195-1, em apenso, assim ementado:

" EMENTA - APELAÇÃO CÍVEL. DANO MATERIAL. AÇÃO REGRESSIVA DE SEGURADORA CONTRA TRANSPORTADORA. CARGA MARÍTIMA.

- Não se fundando em contrato de seguro, mas na sub-rogação de direitos, a ação regressiva proposta pela seguradora contra o responsável pelos danos sujeita-se a prescrição vintenária. Precedentes do STJ.

- Não agindo o transportador com as precauções e cautelas que o material transportado exigia, e havendo perecimento da mercadoria transportada, entra em ação a seguradora indenizando o segurado, e ato contínuo, buscando sua restituição em ação regressiva (Súmula 188 do STF).

- A pretensão regressiva merece atualização monetária a partir da data em que foi efetuado o pagamento da indenização, contratualmente estipulada, pela seguradora à seguradora.

- Vê-se que sendo a mercadoria analisada por amostragem, como de fato a foi, é fácil concluir-se pela insuficiência dos dados, pois o prejuízo real, que só poderia emergir com a manipulação da mercadoria e a contagem unitária dos fardos, só veio a ser aferido, quando da realização do Laudo Pericial pela seguradora, com o objetivo de ressarcir-se quanto à diferença encontrada, ou seja, no valor dos exatos 638 fardos de algodão avariados e desaparecidos.

- Concluir-se pela reversão paga no valor total dos 638 fardos de algodão que não chegaram ao destino é realizar a aplicabilidade real do direito ao caso concreto.

- Quanto à condenação em honorários advocatícios, sentença hostilizada não merece reforma, posto que a aplicabilidade do percentual de 7% está condizente com os critérios de valoração, baseados no art. 20 da norma processual geral, uma vez verificado o decaimento mínimo da pretensão.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível 95195-1, acordam os Desembargadores componentes da Sexta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas respectivas, por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso da Empresa Boss Lines para fixar a

43
298

correção monetária a partir do mês em que se efetivou o pagamento da indenização à empresa seguradora. Também por maioria de votos, deu-se provimento parcial ao recurso da Bradesco Seguradora S/A para fixar a 638 (seiscentos e trinta e oito) fardos, a título de indenização regressiva, mantidos os demais termos da sentença em relação aos salvados já recebidos pela empresa seguradora e a franquia de trata o contrato de seguro. Recife, 8 de maio de 2008. Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves - Presidente e Relator."

Em suas razões recursais, procura a embargante demonstrar o desacerto da veneranda decisão embargada, e anotar que foi contraditório o julgado, dado que "a ementa do acórdão asseverou que a presente ação não se fundaria em contrato de seguro, mas na sub-rogação de direitos", quando, na verdade, "tal assertiva é contraditória a tudo que se contém nestes autos, inclusive à própria declaração da Autora, ora embargada, constante da sua petição inicial (...), afirmando que seu pedido de ressarcimento está fundado num contrato de seguro". (c. fls. 03).

Aduz, ainda, o embargante, contradição, vez que "Esse Tribunal inferiu que a apuração da extensão das avarias teria sido feita por amostragem", quando, "consta nos autos que foi realizado um exame minucioso pela Comissão de Vistoria Aduaneira", cujo "Termo de Vistoria foi assinado por todas as partes, isto é, pela Comissão de Vistoria Aduaneira, pelo representante do segurado da Autora, de quem ela se sub-rogou nos direitos, e por um representante desta embargante", o para, ao fim, pedir o provimento dos aclaratórios. (fls. 06 e 08)

É o relatório.

Recife, 08 de fevereiro de 2008


Des Frederico Ricardo de Almeida Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Sexta Câmara Cível
Embargos de Declaração n.º 95195-1/01
Embargante: Boss Lines
Embargado: Bradesco Seguros S/A
Relator: Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

VOTO

2. Nenhuma contradição há a eliminar, não passando os aclaratórios de tentativa inútil de modificar a decisão alcançada; daí o seu caráter infringente.

As questões postas na lide foram examinadas e decididas pelo acórdão embargado, não havendo contradição no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pela Embargante. Tal circunstância, porém, não enseja a revisão da matéria como pretende a Embargante.

Por intermédio do voto lançado às fls. 271/272 por ocasião do julgamento da Apelação Cível nº 95195-1, fundamentei a decisão no sentido de que "Os autos revelam uma pretensão regressiva proposta pela seguradora contra a empresa responsável pelos danos causados às mercadorias transportadas, com vista ao recebimento da quantia que desembolsou em favor da assegurada", enquanto que "o referido termo prescricional só deve ser invocado quando a hipótese versar sobre pretensão do segurado contra o segurador e vice-versa, á luz do art. 178, §6º, II, do Código Civil de 1916, vigente ao tempo da propositura da ação (2000), a teor do qual 'prescreve em um ano: a pretensão do segurado contra o segurador, ou deste contra aquele'". Assim, "não há como se aplicar este preceito às ações regressivas movidas pela seguradora contra o causador do dano. Não estando, portanto, fixado prazo menor para alegação da prescrição no caso *sub oculis*, a inteligência do art. 177 do referido Código Civil deve ser chamada a depor".

Inexiste, portanto, qualquer contradição a justificar o manejo dos presentes aclaratórios, sendo significativo acentuar que a tese preconizada no acórdão embargado foi extraída do julgamento do Resp nº 83839/MG, da Rel. Min. Barros Monteiro, do STJ.

No que concerne à perícia, deixei consignado que "o juízo singular, por seu turno, ao formar o seu entendimento, baseou-se no Laudo pericial realizado pela Secretaria da Receita Federal, no qual, constata-se, inequivocamente, que o referido foi realizado por amostragem, baseando-se em fotos, no que resultou um entendimento de 280 fardos de algodão avariados". "Sendo a mercadoria analisada por amostragem, como de fato foi, é fácil concluir-se pela insuficiência dos dados, pois o prejuízo real, que só poderia surgir com a manipulação da mercadoria e a contagem unitária dos fardos, só veio a ser aferido quando da realização do Laudo Pericial, pela seguradora, com o objetivo de ressarcir-se quanto à diferença encontrada (...)" (fls. 277/276) de modo que, esgotada toda a matéria objeto dos aclaratórios, qualquer ampliação teria caráter infringente.

45
m

250

Nessa linha de raciocínio lembro a lição professada por MÁRIO GUIMARÃES : "não precisa o juiz reportar-se a todos os argumentos trazidos pelas partes. Claro que, se o juiz acolhe um argumento bastante para sua conclusão, não precisará dizer se os outros, que objetivam o mesmo fim, são procedentes ou não" (V. O JUIZ E A FUNÇÃO JURISDICIONAL, 1ª Ed. Forense, 1.958, parágrafo 208, p. 350), secundando-se que não se exige do Juiz "que rastreie e acompanhe pontualmente toda a argumentação dos pleiteantes, mormente se um motivo fundamental é poderoso a apagar todos os aspectos da controvérsia" (RT 413/325).

Aliás, PONTES DE MIRANDA, com adequação ao caso, preleciona que, nos embargos declaratórios, "não se pede que se redecida; pede-se que se reexprima".

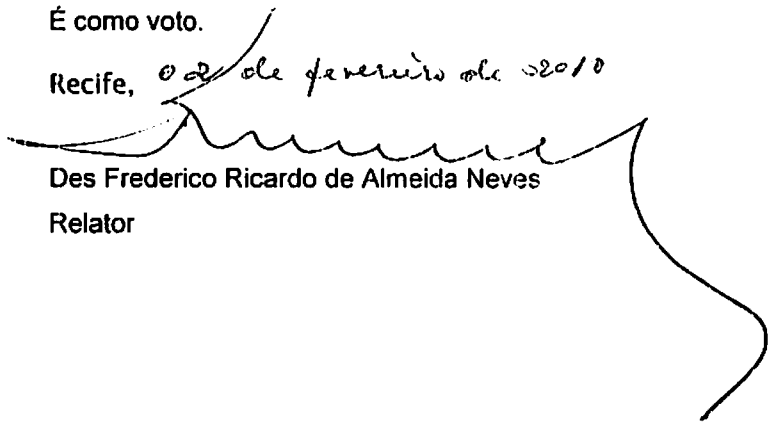
O Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que "Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal", revelando-se incabíveis "quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal..." (RTJ 173/29, junho/2000).

Nestas condições, o E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, até com maior minudência, já decidiu no sentido de que não está o Tribunal obrigado a "ater-se aos fundamentos indicados pela parte e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos. Os requisitos da decisão judicial não estão subordinados a quesitos. A motivação da decisão, observada a "*res in judicium deducta*", pode ter fundamento jurídico e legal diverso do suscitado". (cf. RJTJSP 111/114)".

Por tais fundamentos, e considerando o caráter manifestamente protelatório dos presentes embargos, ao tempo em que os rejeito, voto no sentido de condenar a embargante a pagar ao embargado multa no valor de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, tudo de acordo com a regra estampada no parágrafo único do artigo 538 do Código de Processo Civil.

É como voto.

Recife, 02 de fevereiro de 2010



Des Frederico Ricardo de Almeida Neves
Relator